



Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS

Araguari, sexta-feira, 19 de outubro de 2018.

ANO I - Edição 072



LEGISLAÇÃO/PORTARIAS



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS

Portaria nº 202, de 15 de outubro de 2018.

“Dispõe sobre Férias do servidor Rúbio de Carvalho Nonato, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete VI Símbolo CCL.06, da Câmara Municipal de Araguari”.

O Presidente da Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 1.639 de 27 de fevereiro de 1974, concede ao servidor Rúbio de Carvalho Nonato, Assistente de Gabinete VI Símbolo CCL.06 deste Legislativo, trinta dias consecutivos de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2017 a 2018.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 15 de outubro de 2018.

Luiz Antônio de Oliveira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS

Portaria nº 202, de 16 de outubro de 2018.

“Dispõe sobre a **exoneração** da servidora Francielle Aparecida dos Anjos, do cargo de Assistente de Gabinete I Símbolo CCL 01, da Câmara Municipal de Araguari”.

O presidente da Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com art. 42, I, “r”, do Regimento Interno desta Casa, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, do cargo e funções de Assistente de Gabinete I Símbolo CCL 01 da Câmara Municipal de Araguari, constante da Lei Complementar nº 062/09, de 30 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 083/13 de 28 de janeiro de 2013, a servidora Francielle Aparecida dos Anjos, que havia sido designada para exercê-las em comissão, na forma da Legislação em vigor.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 16 de outubro de 2018.

Luiz Antônio de Oliveira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS

Portaria nº 202, de 17 de outubro de 2018.

“Dispõe sobre **nomeação** da servidora Zilda de Fátima Marques Silva, para o cargo de Assistente de Gabinete I Símbolo CCL.01, da Câmara Municipal de Araguari”.

O presidente da Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com art. 42, I, “r”, do Regimento Interno desta Casa, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Zilda de Fátima Marques Silva para, em regime Estatutário, mediante a provimento em comissão ocupar o cargo de Assistente de Gabinete I Símbolo CCL 01 da Câmara Municipal de Araguari (MG), constante da Lei Complementar nº 062/09, de 30 de setembro de 2009 alterada pela Lei Complementar nº 083/13 de 28 de janeiro de 2013.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 17 de outubro de 2018.

Luiz Antônio de Oliveira
Presidente

AVISOS/ATAS/EXTRATOS/EDITAIS/NOTIFICAÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, reuniu-se extraordinariamente no dia cinco de outubro de dois mil e dezoito, sexta-feira, às nove horas, em sua sede própria, situada na Rua Coronel José Ferreira Alves, número 758. O presidente da Câmara, Vereador Luiz Antônio de Oliveira, solicitou ao primeiro secretário que fizesse a chamada dos Vereadores. I- PRIMEIRA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Clayton Francisco Brazão/PRP, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB- presidente, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werley Ferreira de Macedo- segundo secretário e Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS- primeiro secretário. Então o presidente, invocando a proteção de Deus e em nome do povo araguarino, declarou aberta a sessão e solicitou ao primeiro secretário que fizesse a leitura do edital de convocação, da ata da sessão anterior e das correspondências recebidas. II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO- O presidente da Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, conforme disposto no art. 23, § 4º, III, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 96, inciso III e § 3º, do Regimento Interno, CONVOCA os senhores VEREADORES para uma SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia



CINCO (5) DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018) – SEXTA-FEIRA, às NOVE (9) HORAS, no recinto próprio deste Legislativo, para a deliberação sobre os projetos: 1) de lei n. 149/2018- “Dispõe sobre a criação de gratificação especial aos servidores designados como Pregoeiros na Superintendência de Água e Esgoto - SAE, dando outras providências”; 2) de lei n. 150/2018- “Transforma o parágrafo único do art. 102 da Lei Complementar n. 041, de 30 de junho de 2006, em § 1º, e acrescenta o § 2º ao mencionado artigo, dando outras providências”; 3) de lei n. 151/2018- “Autoriza a abertura de crédito suplementar no vigente orçamento da Secretaria Municipal de Educação, no montante de R\$899.942,00 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e dois reais), para aquisição de mobiliários de sala de aula e ônibus escolares”; 4) de lei n. 160/2018- “Aprova e ratifica o convênio de participação tributária, decorrente do Projeto AMADEUS, envolvendo LD Celulose S/A e LD Florestal S/A, ou empresas que vierem a sucedê-las, visando desenvolver atividade agroindustrial de produção de celulose solúvel e de geração de energia elétrica, conforme acordado entre os Municípios de Estrela do Sul, Nova Ponte, Araguari, Indianópolis e Romaria, nos termos estabelecidos no mencionado ajuste”; 5) de lei n. 162/2018- “Autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, criar o Centro Municipal de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - CEMAPE, em substituição ao Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOR, bem como o Centro de Referência à Inclusão Fernando Rodrigues Alves - CRIFRA para desenvolvimento de atividades junto ao Núcleo de Apoio à Inclusão - NAI, dando outras providências”; 6) de lei n. 166/2018- “Autoriza a abertura de crédito especial para a criação de dotação no vigente orçamento da Superintendência de Água e Esgoto, objetivando o pagamento de despesas de exercícios anteriores, mediante anulação parcial da dotação que menciona, no valor de R\$7.836,85 (sete mil oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos)”; 7) de lei n. 167/2018- “Dá nova redação ao art. 3º, da Lei n. 6.007, de 1º de março de 2018, que “Autoriza a concessão de benefícios aos devedores da Fazenda Pública do Município de Araguari, inscritos em dívida ativa, dando outras providências”, alterada pelas Leis de n.s 6.022, de 21 de março de 2018, e 6.081, de 14 de setembro de 2018”; 8) de lei complementar n. 010/2018- “Introduz adequações na Lei Complementar n. 90, de 8 de março de 2013; na Lei Complementar n. 74, de 8 de julho de 2011; na Lei Complementar n. 146, de 29 de agosto de 2018; na Lei Complementar n. 41, de 30 de junho de 2006; e na Lei n. 2.625, de 28 de novembro de 1990, dando outras providências.” Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em 2 de outubro de 2018. Luiz Antônio de Oliveira/PSDB-Presidente.” Com exceção do Vereador Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, os demais assinaram dando ciência desta convocação, sendo referido edital publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal, de dois de outubro do corrente, edição n. 069. III- LEITURA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR- Foi lida a ata da sessão ordinária da Câmara, realizada no dia dois de outubro de dois mil e dezoito. IV- LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS- O prefeito do Município enviou os seguintes ofícios: a) n.s 1.374, 1.402, 1.404, 1.405/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.379, 1.373, 1.375, 1.374/2018, da Vereadora Ana Lúcia Rodrigues Prado; b) n. 1.363/2018, em resposta ao requerimento n. 1.239/2018, do Vereador Danilo Franco Gonçalves; c) n. 1.398/2018, em resposta ao requerimento n. 1.231/2018, do Vereador Dhiosney de Andrade; d) n. 1.396/2018, em resposta ao requerimento n. 1.338/2018, da Vereadora Lêda Maria Fernandes; e) n.s 1.372, 1.376/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.341, 1.342/2018, do Vereador Jander Souza Patrocínio; f) n.s 1.370, 1.394/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.346, 1.350/2018, do Vereador Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha; g) n. 1.406/2018, em resposta ao requerimento n. 1.256/2018, do Vereador Sebastião Joaquim Vieira; h) n.s 1.366, 1.388, 1.389/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.364, 1.403, 2018, do Vereador Warley Ferreira de Moraes; i) n.s 1.364, 1.380/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.309, 1.407/2018, do Vereador Werley Ferreira de Macedo; j) n.s 1.373, 1.375, 1.387, 1.392, 1.403/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.369, 1.371, 1.416, 1.370, 1.368/2018, do Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça; k) n.s 1.365, 1.367, 1.368, 1.369, 1.371, 1.381, 1.382, 1.383, 1.384, 1.385, 1.386, 1.390, 1.391, 1.393, 1.395, 1.399, 1.400, 1.401/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.384, 1.354, 1.424, 1.400, 1.362, 1.352, 1.434, 1.428, 1.422, 1.420, 1.418, 1.385, 1.383, 1.353, 1.339, 1.301, 1.302, 1.308/2018, subscreitos por diversos vereadores; k) n. 1.379/2018, encaminhando o saldo bancário referente ao período de vinte e quatro a vinte e oito de setembro do corrente. Ofício n. 1.155/2018- Caixa Econômica Federal- comunicando que o prefeito foi notificado com relação ao contrato de repasse n. 831685/2016 - operação 1032241-41 (implantação, ampliação e reforma de ginásios e de infraestrutura esportiva do Município de Araguari/MG), sob bloqueio, perfazendo o montante de vinte e quatro mil e seiscentos e oitenta e sete reais. Ofícios enviados pelos Vereadores Carlos Antônio de Brito Machado e Jander Souza Patrocínio, justificando respectivas ausências na sessão ordinária da Câmara, realizada no dia dois de outubro do corrente, para os fins do disposto no inciso X, do art. 40, do Regimento Interno da Câmara,

combinado com o § 1º, do art. 1º, da Lei n. 5.806/2016. Então, foi comunicado ao plenário que a Mesa da Câmara acatou estas justificativas e deferiu os pedidos, considerando: que o Vereador Carlos Antônio de Brito Machado apresentou atestado firmado pelo doutor Alfredo Paroneto (CRM-MG 28.448); que o Vereador Jander Souza Patrocínio apresentou atestado firmado pelo doutor Cristiano Matias Pereira Calixto (CRM-MG 38.741). Na sequência, foi comunicado ao plenário que as Emendas à Lei Orgânica do Município n. 045, de 25 de setembro de 2018, e n. 046, de 25 de setembro de 2018, assim como a Resolução n. 088, de 25 de setembro de 2018, foram publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal, de dois de outubro do corrente, edição n. 069. Prosseguindo, o presidente destacou que, a partir da próxima terça-feira, as sessões ordinárias terão início às treze horas. V- APRESENTAÇÃO SEM DISCUSSÃO DE PROPOSIÇÕES- Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Clayton Francisco Brazão, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Lêda Maria Fernandes, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva, Werley Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram os requerimentos n. 1.507/2018, n. 1.508/2018, n. 1.509/2018, contendo número regimental de assinaturas, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação dos projetos de lei n. 162/2018, n. 166/2018, n. 167/2018, respectivamente. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Clayton Francisco Brazão, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Lêda Maria Fernandes, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram o requerimento n. 1.510/2018, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação do projeto de lei complementar n. 010/2018. Os requerimentos n.s 1.507/2018, 1.508/2018, 1.509 e 1.510/2018, foram aprovados por doze votos. VI- LEITURA DE PARECERES- A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei n.s 149/2019, 150/2018, 151/2018, 162/2018, 166/2018 e 167/2018, e de lei complementar n. 010/2018; nestes pareceres, a Vereadora Lêda Maria Fernandes assinou em substituição ao Vereador Dhiosney de Andrade (ausente). A Comissão Permanente de Trânsito e Transportes emitiu parecer pela aprovação do projeto de lei complementar n. 010/2018. VII- SEGUNDA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Clayton Francisco Brazão/PRP, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Lêda Maria Fernandes/MDB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werley Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS. VIII- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO EM PAUTA- Encontravam-se na pauta desta sessão extraordinária os projetos a seguir enumerados; antecedendo cada votação, foi anunciada a discussão da matéria. Em votação o projeto de lei n. 149/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por doze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 149/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 104, de 5 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre a criação de gratificação especial aos servidores designados como Pregoeiros na Superintendência de Água e Esgoto - SAE, dando outras providências.” Em votação o projeto de lei n. 150/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por doze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Saúde e Assistência Social; b) projeto de lei n. 150/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 105, de 5 de outubro de 2018, que “Transforma o parágrafo único do art. 102 da Lei Complementar n. 041, de 30 de junho de 2006, em § 1º, e acrescenta o § 2º ao mencionado artigo, dando outras providências.” Em votação o projeto de lei n. 151/2018 (de autoria do Executivo), registrada a ausência neste momento do Vereador Warley Ferreira de Moraes, foram aprovados por onze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Educação e Cultura, de Trânsito e Transportes; b) projeto de lei n. 151/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 106, de 5 de outubro de 2018, que “Autoriza a abertura de crédito suplementar no vigente orçamento da Secretaria Municipal de Educação, no montante de R\$899.942,00 (oitocentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e dois reais), para aquisição de mobiliários de sala de aula e ônibus escolares.”



Neste momento, o Vereador Giuliano Sousa Rodrigues adentrou o plenário para participar da sessão. Em votação o projeto de lei n. 160/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por treze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 160/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 107, de 5 de outubro de 2018, que “Aprova e ratifica o convênio de participação tributária, decorrente do Projeto AMADEUS, envolvendo LD Celulose S/A e LD Florestal S/A, ou empresas que vierem a sucedê-las, visando desenvolver atividade agroindustrial de produção de celulose solúvel e de geração de energia elétrica, conforme acordado entre os Municípios de Estrela do Sul, Nova Ponte, Araguari, Indianópolis e Romaria, nos termos estabelecidos no mencionado ajuste.” Quando da discussão do projeto de lei n. 162/2018, os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Clayton Francisco Brazão, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Iêda Maria Fernandes, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram a emenda número um, dando esta redação ao art. 1º: “Em substituição ao Centro de Formação Permanente dos Profissionais da Educação - CEFOR, fica criado o Centro Municipal de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - CEMAPE, denominado Professor Carlos Lindemberg da Silva, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação, que tem como finalidade o aperfeiçoamento profissional e a formação continuada.” Na sequência, o plenário aprovou, por treze votos, a dispensa dos pareceres das Comissões Permanentes à emenda número um ao projeto de lei n. 162/2018, com base no art. 205, do Regimento Interno. Em votação o projeto de lei n. 162/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por treze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Educação e Cultura; b) emenda modificativa número um; c) projeto de lei n. 162/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 108, de 5 de outubro de 2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, criar o Centro Municipal de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - CEMAPE, denominado Professor Carlos Lindemberg da Silva, em substituição ao Centro de Formação dos Profissionais da Educação - CEFOR, bem como o Centro de Referência à Inclusão Fernando Rodrigues Alves - CRIFRA para desenvolvimento de atividades junto ao Núcleo de Apoio à Inclusão - NAI, dando outras providências.” Em votação o projeto de lei n. 166/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por treze votos: a) pareceres favoráveis das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 166/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 109, de 5 de outubro de 2018, que “Autoriza a abertura de crédito especial para a criação de dotação no vigente orçamento da Superintendência de Água e Esgoto, objetivando o pagamento de despesas de exercícios anteriores, mediante anulação parcial da dotação que menciona, no valor de R\$7.836,85 (sete mil oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos).” Quando da discussão do projeto de lei 167/2018, foi concedida vista por seis dias ao Vereador Werlei Ferreira de Macedo, com base na alínea “t”, do inciso II, do art. 42, do Regimento Interno da Câmara. Quando da discussão do projeto de lei complementar n. 010/2018, o plenário aprovou por treze votos, pedido de vista por quinze dias, formulado pelo Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale. IX- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR- Foi aprovada sem restrições, por treze votos, a ata da sessão ordinária da Câmara, realizada no dia dois de outubro de dois mil e dezoito. X- ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO- Ficaram para a ordem do dia da próxima sessão ordinária: parecer da Comissão Permanente de

Legislação e Justiça, declarando a inconstitucionalidade da proposta de emenda à Lei Orgânica do Município n. 087/2018; projetos de lei n. 119/2018, n. 145/2018- substitutivo, n. 155/2018, n. 168/2018; projetos de lei complementar n. 007/2018 e n. 009/2018; projeto de resolução n. 006/2018; projetos de decreto legislativo n. 023/2018 e n. 024/2018. XI- CHAMADA FINAL- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Clayton Francisco Brazão/PRP, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Giuliano Sousa Rodrigues/PTC, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS; ausentes na sessão os Vereadores Dhiosney de Andrade/PTC, Jander Souza Patrocínio/PSB, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha/PSDB. Em seguida, o presidente agradeceu a presença de todos, convocou os Vereadores para a próxima sessão ordinária, a realizar-se às treze horas do dia nove de outubro de dois mil e dezoito. E, às dez horas e trinta minutos, declarou encerrada a sessão. Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em cinco de outubro de dois mil e dezoito. Ata aprovada por quinze votos. Sala das sessões, em nove de outubro de dois mil e dezoito. Vereador Luiz Antônio de Oliveira-presidente; Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça- primeiro secretário.

MATÉRIAS INSTITUCIONAIS

PROJETOS APROVADOS EM 16/10/2018

PL 158/2018: “Cria no âmbito do Município de Araguari a Câmara Municipal de Mediação e Conciliação Administrativa e regulamenta outras providências”. **Autor:** Executivo

PL 167/2018: “Dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 6.007, de 1º de março de 2018, que 'Autoriza concessão de benefícios aos devedores da Fazenda Pública do Município de Araguari, inscritos em dívida ativa, dando outras providências', alterada pelas Leis de nºs 6.022, de 21 de março de 2018, e 6.081, de 14 de setembro de 2018”. **Autor:** Executivo

PLC 008/2018: “Revoga o Art. 65, da Lei Complementar nº 034, de 28 de dezembro de 2004, que 'Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDU do Município de Araguari”. **Autor:** Executivo

PROJETO REPROVADO

PL 159/2018: “Dispõe sobre o procedimento de arrecadação de imóveis de arrecadação de imóveis urbanos abandonados, de acordo com os arts. 1.275 e 1.276 do Código Civil Brasileiro, dando outras providências”. **Autor:** Executivo

PAUTA DA SESSÃO DO DIA 23/10/2018

PL 168/2018: “Dispõe sobre o percentual de cargos de provimento em comissão, que deverão ser exercidos por servidores de carreira, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, dando outras providências”. **Autor:** Executivo.

LC 010/2018: “Introduz adequações na Lei Complementar nº 90, de 08 de março de 2013; na Lei Complementar nº 74, de 08 de julho de 2011; na Lei Complementar nº 146, de 29 de agosto de 2018; na Lei Complementar nº 041, de 30 de junho de 2006; e na Lei nº 2.625, de 28 de novembro de 1990, dando outras providências”. **Autor:** Executivo.

OBS: Pauta sujeita a alteração.

e-DOLM

Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Luiz Antônio de Oliveira (Luiz Construtor)

EDITORA: Sávila de Lima Martins

CONSULTOR JURÍDICO: Dr. Hamilton Flávio de Lima

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Rua Coronel José Ferreira Alves, 758, Centro.

Araguari, Minas Gerais. (34) 3249 1100

www.araguari.mg.leg.br - diario@araguari.mg.leg.br